



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

Gabinete JLS

### **REQUERIMENTO Nº135/2026**

**Assunto:** Requer informações detalhadas ao Poder Executivo acerca da execução do Contrato nº 156/2022 e da nova contratação decorrente do Termo de Referência nº 32/2025.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, no exercício do dever constitucional de fiscalização e controle externo do Poder Legislativo, e considerando a supremacia do interesse público na correta aplicação dos recursos municipais, REQUEIRO que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que...

1.

Requer-se o envio de cópia integral do processo de execução do Contrato nº 156/2022, oriundo do Pregão Eletrônico nº 128/2022, incluindo obrigatoriamente:

- I – medições mensais detalhadas da execução dos serviços;
- II – relatórios técnicos de fiscalização contratual;
- III – ordens de serviço expedidas;
- IV – registros de ocorrências, notificações ou penalidades aplicadas;
- V – documentos comprobatórios da efetiva execução dos serviços pagos.

2.

Requer-se demonstrativo analítico da execução contratual, contendo:

- I – quantitativo mensal de leituras realizadas;
- II – número de faturas efetivamente impressas e entregues;
- III – indicadores de desempenho e produtividade;
- IV – comprovação do cumprimento das metas contratuais;



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

V – reclamações de munícipes relacionadas à falta de água, erros de leitura, ausência de entrega de contas, qualidade da água e pressão da rede;

VI – ocorrência e quantidade de leituras realizadas em desacordo com a Resolução ARES-PCJ nº 50, especialmente quanto ao intervalo inferior a 27 dias ou superior a 33 dias entre leituras, bem como as providências adotadas para correção e prevenção de reincidências.

3.

Requer-se esclarecimento técnico e jurídico acerca da metodologia de medição, liquidação e pagamento dos serviços, especialmente diante da aparente padronização dos valores mensais pagos, indicando:

I – critérios objetivos de aferição da execução;

II – vinculação entre medição e pagamento;

III – mecanismos de validação adotados pela Administração;

IV – responsáveis técnicos pela conferência e autorização das medições.

4.

Requer-se esclarecimento detalhado acerca das notas fiscais emitidas no exercício de 2025, contendo:

I – explicação técnica para registros com mesma numeração e classificações distintas;

II – diferenciação entre lançamentos classificados como “E”, “S” e “NFE”;

III – comprovação da correspondência entre empenho, liquidação e pagamento;

IV – eventual existência de glosas, ajustes, cancelamentos ou correções.

5.

Requer-se o envio da relação completa de empenhos, liquidações e pagamentos vinculados ao contrato, contendo:

I – datas;



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

II – valores;

III – identificação nominal dos responsáveis pelas autorizações;

IV – vinculação com os respectivos documentos fiscais.

6.

Requer-se justificativa formal, técnica e jurídica para elaboração do Termo de Referência nº 32/2025, considerando a vigência do Contrato nº 156/2022, indicando:

I – razões técnicas para eventual substituição, ampliação ou complementação do objeto;

II – análise de continuidade contratual;

III – motivação administrativa do ato;

IV – eventual demonstração de insuficiência operacional da empresa atualmente contratada.

7.

Requer-se esclarecimento quanto à eventual sobreposição contratual, indicando expressamente:

I – se haverá rescisão, substituição ou coexistência de contratos;

II – se os objetos contratuais se sobrepõem total ou parcialmente;

III – medidas adotadas para evitar duplicidade de despesas;

IV – fundamentos legais que amparam a decisão administrativa.

8.

Requer-se apresentação de estudo comparativo de vantajosidade econômica, contendo:

I – custo total do contrato vigente;

II – custo estimado da nova contratação;

III – justificativa técnica para eventual aumento expressivo de despesas;

IV – demonstração objetiva de atendimento ao princípio da economicidade;



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

V – estudo de impacto financeiro e orçamentário decorrente da nova contratação.

9.

Requer-se detalhamento completo do Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto:

- I – à metodologia de definição dos quantitativos;
- II – à justificativa para inclusão de soluções tecnológicas avançadas;
- III – à análise comparativa de alternativas disponíveis no mercado;
- IV – à demonstração da necessidade e adequação da solução adotada.

10.

Requer-se esclarecimento quanto às medidas adotadas para garantia da ampla competitividade do certame, considerando as exigências técnicas estabelecidas, indicando:

- I – estudos de mercado realizados;
- II – existência de múltiplos fornecedores aptos;
- III – eventual risco de restrição à competitividade;
- IV – justificativa para eventuais exigências técnicas restritivas.

11.

Requer-se identificação nominal dos fiscais do contrato, acompanhada de:

- I – atos formais de designação;
- II – relatórios de acompanhamento e fiscalização;
- III – registros de eventuais inconformidades;
- IV – providências adotadas diante de irregularidades constatadas.

12.

Requer-se descrição detalhada dos mecanismos de controle interno adotados pela Administração para aferição da execução contratual, incluindo:



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

- I – auditorias realizadas;
- II – sistemas de controle utilizados;
- III – procedimentos de validação dos serviços prestados;
- IV – mecanismos de prevenção de pagamentos indevidos.

13.

Requer-se informar se houve instauração de procedimento administrativo para apuração de eventual insuficiência, inadimplimento ou incapacidade técnica da empresa atualmente contratada, considerando que eventual nova contratação durante a vigência do contrato em execução exige demonstração técnica robusta de necessidade, sob pena de afronta aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e boa gestão dos recursos públicos previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021.

### JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, nos termos do art. 31 da Constituição Federal, bem como nos princípios que regem a Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

A análise preliminar das informações disponíveis evidencia elementos que, em tese, podem indicar irregularidades administrativas relevantes, tais como:

- possíveis inconsistências em registros fiscais e contábeis;
- aparente dissociação entre execução contratual e pagamentos realizados;
- possível padronização de valores pagos sem comprovação proporcional da execução;
- risco de sobreposição contratual e duplicidade de despesas;
- aumento expressivo de custos sem demonstração robusta de vantajosidade econômica;
- eventual restrição à competitividade em razão de exigências técnicas específicas;
- ausência aparente de demonstração técnica suficiente para justificar nova contratação durante contrato vigente.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

Causa preocupação a possibilidade de ampliação de despesas públicas sem demonstração inequívoca de ganho operacional efetivo, sobretudo em um serviço já contratado e remunerado pelo Município. A Administração Pública não pode transformar contratos vigentes em estruturas paralelas de custo, sem transparência, motivação técnica robusta e comprovação objetiva de benefício à população.

Tais circunstâncias, se confirmadas, podem configurar afronta às normas que regem as contratações públicas, especialmente à Lei Federal nº 14.133/2021, aos princípios constitucionais da Administração Pública e aos entendimentos consolidados dos Tribunais de Contas.

A prestação das informações ora requeridas é indispensável para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, garantir transparência administrativa e subsidiar eventual adoção de medidas de controle externo.

A presente iniciativa representa o exercício legítimo, constitucional e inafastável da função fiscalizadora do Poder Legislativo, não sendo admissível que contratos públicos de relevante impacto financeiro sejam executados sob qualquer sombra de dúvida quanto à sua regularidade, economicidade e efetiva prestação dos serviços.

Persistindo inconsistências ou ausência de esclarecimentos satisfatórios, os fatos poderão ensejar encaminhamento aos órgãos de controle externo competentes, inclusive Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, para adoção das providências cabíveis.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2026.

**VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZ**

Protocolo 479/26 - 11-05-26  
Lido em Sessão Ordinária de 12/05/26  
Aprovado em S.O. de 12/05/26